

“Diálogos interinstitucionais: defesa do meio ambiente e patrimônio cultural”



- Prioridades, estratégias e planejamento da fiscalização
- Aprimoramento dos relatórios de fiscalização
- Comércio da fauna silvestre pela internet
- Pesca (PREPs)
- Mata Atlântica

Programa:

- Introdução;
- PNAPA;
- Documentos sancionatórios;
- Tráfico de fauna pela internet;
- PREPs;
- Mata Atlântica.

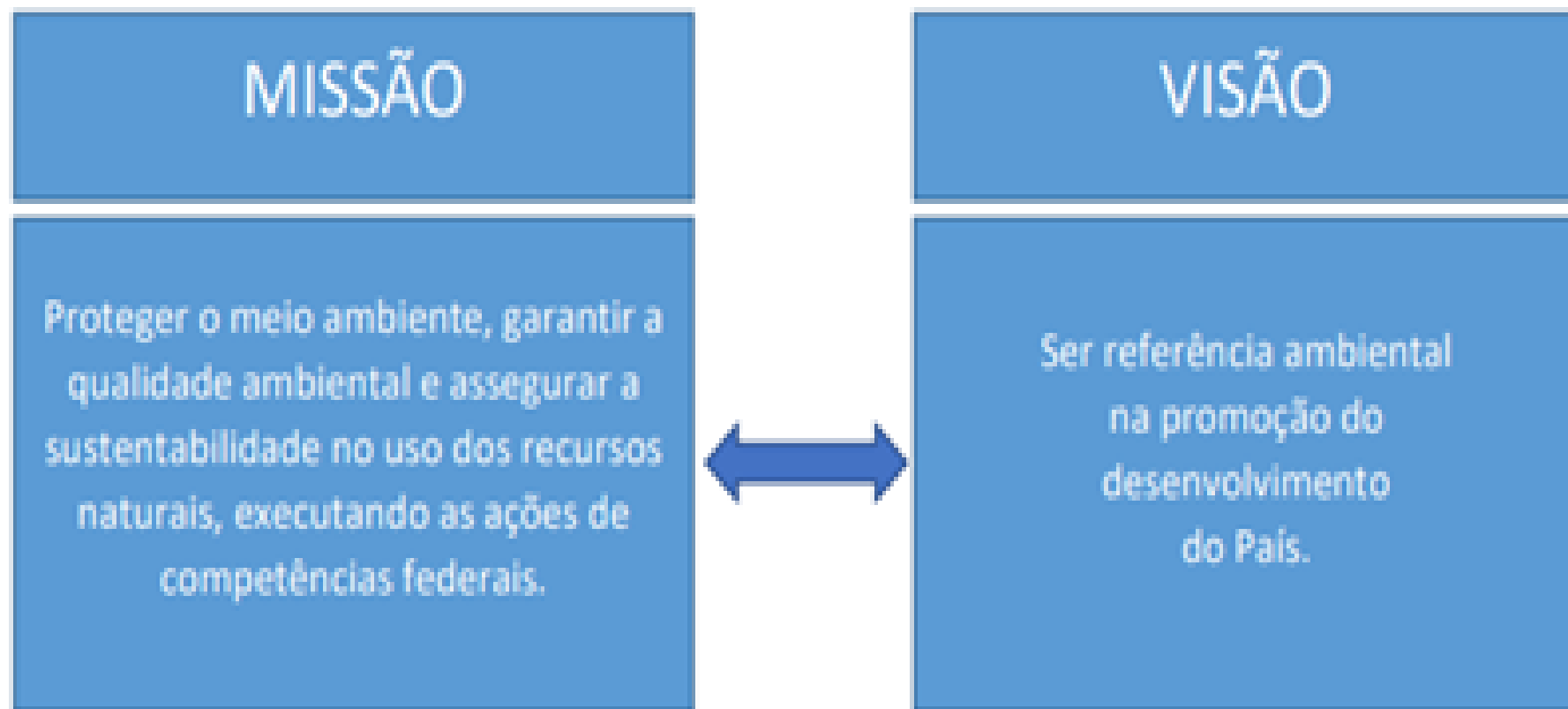


Gráfico 1 - Missão e Visão

Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental - Pnapa

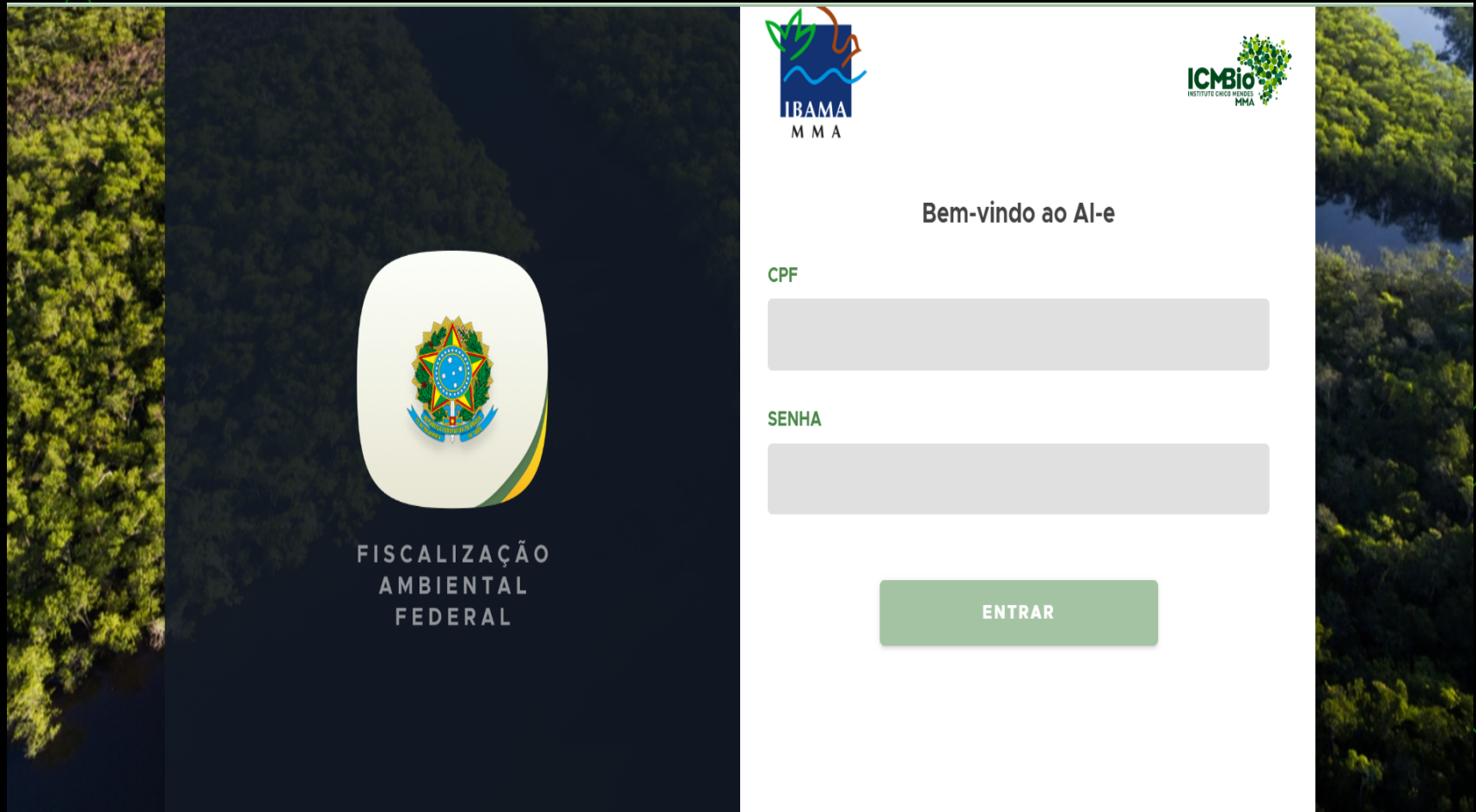


O Pnapa delinea as diretrizes e prioridades para as ações de fiscalização e proteção ambiental a serem executadas pelo Ibama ao longo do ano. Este plano serve como referência para as operações de fiscalização, monitoramento e outras atividades relacionadas à preservação ambiental.

“[...] o Ibama não representa órgão corregedor do Sisnama e, portanto, não possui poder de controle sobre as licenças emitidas pelos outros órgãos do Sisnama. A imediata consideração de nulidade ou invalidade das licenças dos demais órgãos representa recusa de fé a documento público e afronta ao pacto federativo” (Memorando-Circular 8/2018, doc. SEI 3700216)



Aperfeiçoamento dos documentos sancionatórios



IBAMA
M M A

ICMBio
INSTITUTO CHICO MENDES
MMA

Bem-vindo ao AI-e

CPF

SENHA

ENTRAR

FISCALIZAÇÃO
AMBIENTAL
FEDERAL



Ministério do Meio Ambiente

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis - IBAMA

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

DADOS INICIAIS

Número

IST2N●

Ordem de fiscalização

MG0488●

Data/Hora

29/08/2024 12:09

Operação

ROTINA - FLORA

Unidade de controle

Superintendência do Ibama no Estado de ~~Minas Gerais~~

Município

~~Bontagom - MG~~

Localização

●

Referência

Bairro Distrito Industrial

Coordenadas geográficas

Latitude

●

Longitude

●

CONTEXTUALIZAÇÃO

Trata-se de ação fiscalizatória de rotina realizada para verificação do romaneio entregue pela empresa MADEBEL PORTAS E PISOS LTDA, CNPJ 00.570.820/0001-91, em resposta à Notificação JUB00N05 lavrada em 29/08/2024. Esta ação se iniciou a partir de outra demanda fiscalizatória realizada na empresa J. MIRANDA LTDA (CNPJ 01.312.008/0001-00), que informou utilizar o pátio e estrutura da MADEBEL para manutenção e beneficiamento de produtos florestais adquiridos pela J. Miranda. Detalhes sobre esta situação foi tratada detalhadamente em processo próprio (020.000.47/2024-82). Destaca-se que o

Relatório de fiscalização IST2NAB - Este documento foi gerado pelo aplicativo AIE - IBAMA

Relatório de Fiscalização Ação IST2NAB (2116905)

SEI 020.000.59/2024-15 / pg. 3

página



Ministério do Meio Ambiente

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis - IBAMA

Artigo	Da/Do	Inc./Alin./§
72	Lei: 9605	
70	Lei: 9605	§ 1
3	Decreto: 6514	Inc. 2

ENQUADRAMENTO

Artigo	Da/Do	Inc./Alin./§
82	Decreto: 6514	

ENQUADRAMENTO COMPLEMENTAR

Nenhum enquadramento cadastrado

Descrição da Infração

Apresentar informações ambientais parcialmente enganosas no sistema oficial de controle florestal (SIAM), sendo localizados apenas 20,5489 m3 de produto de madeira serrada de espécie nativa (prancha de Cumaru), conforme ato fiscalizatório em 12/11/2024.

QUALIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO

- Motivação: Não intencional
- Consequência para o meio ambiente: Potencial
- Consequência para a saúde pública: Potencial
- Nível de gravidade: A
- Fundamentação:

A multa prevista no art. 82 do Decreto 6.514/08, possui intervalo de R\$ 1.500,00 a R\$ 1.000.000,00.

O Quadro 1 do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 19/2023 determina o nível de gravidade A (valor do indicador até 20 pontos) para casos de voluntariedade culposa (5), consequência potencial para o meio ambiente (5) e sem consequência para a saúde pública (0).

Como a pena máxima em abstrato é inferior a R\$ 2.000.000,00, a tabela de aplicação é aquela prevista no Quadro 2 do mesmo Anexo.

Considerando tratar-se de autuação para pessoa jurídica de pequeno porte (anexo), a multa prevista para nível de gravidade A é aquela calculada pela seguinte fórmula: mínimo + 0,1% a 10% do teto.

Definiu-se pela aplicação do fator mínimo, restando o valor da multa em: $R\$ 1.500,00 + (0,1\% \times R\$ 1.000.000,00) = R\$ 1.500,00 + R\$ 1.000,00 = R\$ 2.500,00$.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 07/06/2023 | Edição: 108 | Seção: 1 | Página: 135

Órgão: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 2 DE JUNHO DE 2023

Regulamenta o processo administrativo para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES

Circunstâncias atenuantes

Nenhuma circunstância atenuante registrada

Descrição

Circunstâncias agravantes

Nenhuma circunstância agravante registrada

NECESSIDADE DE COMUNICAÇÃO A ÓRGÃOS EXTERNOS?

- Ministério Público (comunicação de crime)
- OEMA

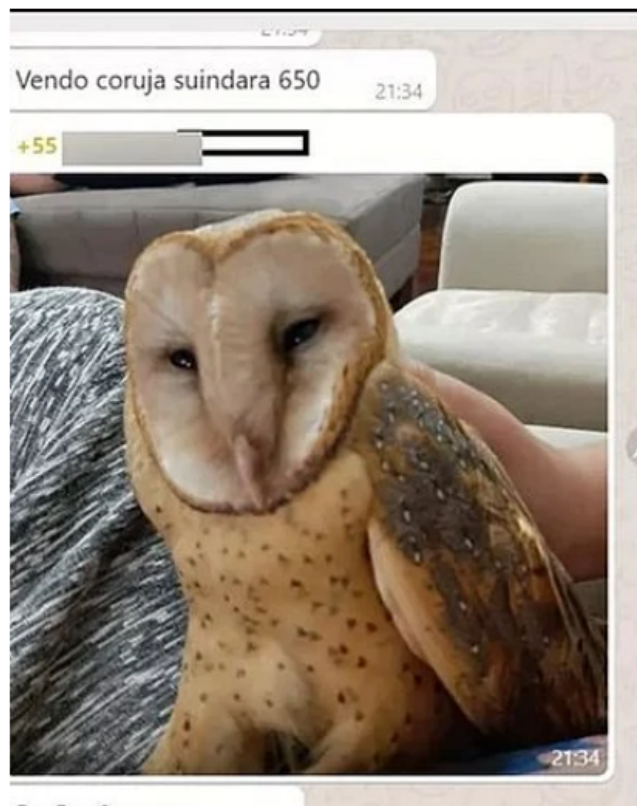
APREENSÃO E DESTINAÇÃO

Nenhum saldo de apreensão registrado

Ibama diz que Facebook deixou ‘intencionalmente’ de combater tráfico ilegal de animais na rede

Na íntegra de multa de R\$10 milhões, Ibama ponderou que sem a plataforma, não haveria “contato seguro com o traficante”

<https://www.brasildefato.com.br/2023/04/24/ibama-diz-que-facebook-deixou-intencionalmente-de-combater-trafico-ilegal-de-animais-na-rede/>



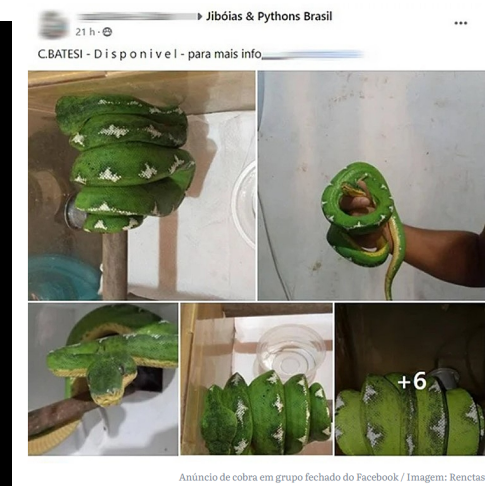
Anúncios de animais silvestres no Facebook e Whatsapp motivaram autuação da empresa - Imagem: Rencas



No dia 1 de julho de 2022, o **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)** aplicou uma multa de R\$ 10,1 milhões no Facebook, por permitir a venda de animais silvestres nativos sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade ambiental competente.

No Relatório de Fiscalização, o Ibama explica que a plataforma, “possibilita que compradores acessem traficantes em diferentes partes do país”. “A feira virtual possui vantagens sobre a física no âmbito de diminuir os riscos aos compradores e, também aos vendedores ilegais que se escondem sob o manto do anonimato na internet.”

“Em uma situação de feira física, alguém de Curitiba (PR) que quisesse comprar ilegalmente uma *Corallus* (cobra papagaio) provavelmente teria que se deslocar até Belém (PA), frequentar feiras e tentar encontrar um traficante que tivesse este animal para lhe ofertar. A empreitada envolveria vários riscos e, muitas vezes, estes riscos seriam desestimulantes ou proibitivos para o interessado.”



STJ Confirma Responsabilidade de Sites que Intermedeiam Venda Ilegal de Animais Silvestres

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, no julgamento do [AREsp 2.151.722-SP](#), que sites de comércio eletrônico podem ser responsabilizados por infrações ambientais relacionadas à venda ilegal de animais silvestres quando atuam diretamente na intermediação de negócios. A decisão, proferida em **4 de fevereiro de 2025** pela Segunda Turma do STJ, foi publicada no [Informativo nº 839, de 11 de fevereiro de 2025](#), reforçando o entendimento de que provedores que facilitam a comercialização de produtos devem observar as regras de proteção ambiental.

No caso analisado, o [Ibama autuou um site que permitia a publicação de anúncios para venda de animais silvestres](#). O provedor alegou que sua atuação se restringia à busca de informações, mas o STJ reconheceu que [o site operava como um verdadeiro marketplace, interligando compradores e vendedores e, portanto, deveria adotar medidas para impedir o comércio ilegal](#).

A decisão se fundamenta na Constituição Federal, que no artigo 225 estabelece a responsabilidade de todos – poder público e particulares – na preservação do meio ambiente. Além disso, a Lei n. 9.605/1998 prevê sanções administrativas e penais para infrações ambientais cometidas tanto por pessoas físicas quanto jurídicas, permitindo a aplicação de multas e outras penalidades nesses casos.

O tribunal também reafirmou a competência do Ibama para fiscalizar e aplicar sanções administrativas em casos de infração ambiental, conforme previsto na Lei n. 6.938/1981, que rege a Política Nacional do Meio Ambiente.

Com essa decisão, o STJ consolida o entendimento de que [plataformas digitais que não apenas hospedam anúncios, mas intermedeiam transações comerciais, possuem responsabilidade sobre a legalidade dos produtos oferecidos](#), devendo garantir que suas operações não facilitem crimes ambientais.

PROGRAMA NACIONAL DE RASTREAMENTO DE EMBARCAÇÕES PESQUEIRAS POR SATÉLITE **PREPS**



A PESCA RESPONSÁVEL PASSA POR AQUI.

Agora, os proprietários, os armadores e os trabalhadores das embarcações pesqueiras terão o ambiente protegido e mais segurança no mar.

Conheça mais sobre o PREPS no www.preps.gov.br

O que é o PREPS?

O PREPS é o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite que visa gerar dados sobre a atividade pesqueira através do monitoramento remoto da embarcação de pesca e auxiliar na salvaguarda da vida humana no mar e nas ações de fiscalização.





Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis - IBAMA

TRF-4 - Apelação/Remessa Necessária: APL XXXXX20194047208 SC

Jurisprudência • Acórdão • **Mostrar data de publicação**

Ementa: ADMINISTRATIVO. AMBIENTAL. AUTO DE INFRAÇÃO. **INTERRUPÇÃO DO SINAL DO PREPS.** INSCRIÇÃO NO CADIN. DANOS MORAIS. 1. Trata-se de autuação por obstar a ação do poder público no exercício das atividades de fiscalização ambiental pela **interrupção** não justificada de **sinal** ao Programa Nacional de Rastreamento de **Embarcações** Pesqueiras por Satélite - **PREPS**. 2. [REDACTED]
[REDACTED], acompanhando o envio de transmissões junto ao servidor oficial e de fazer uso de comunicados de desativação temporária, imediatamente, quando constatada a necessidade de reparo do equipamento de rastreamento, de acordo com o art. 7º c/c art. 15 da Instrução Normativa SEAP/MMA/MD Nº 02/2006. 3. E [REDACTED]
d [REDACTED]
[REDACTED], por meses, obstando, assim, a ação do poder público de fiscalização ambiental, sob pena de beneficiar-se da própria torpeza (auditor propriam turpitudinem allegans). 4. Reconhecida a higidez do auto de infração, deve ser afastado o pedido de indenização por danos morais decorrentes da inscrição do nome da apelante no CADIN em face do não pagamento da multa ambiental. 5. Recurso desprovido.

MPES e órgãos de fiscalização ambiental iniciam a Operação Mata Atlântica em Pé 2024

Objetivo da operação é penalizar os infratores e coibir o desmatamento ilegal no Espírito Santo

Publicado em 10/09/2024 11h33

Compartilhe: [f](#) [in](#) [w](#) [e](#)



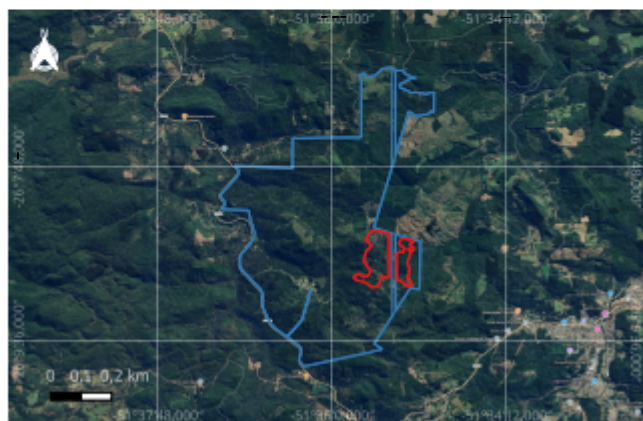
<https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2024/mpes-e-orgaos-de-fiscalizacao-ambiental-iniciam-a-operacao-mata-atlantica-em-pe-2024>



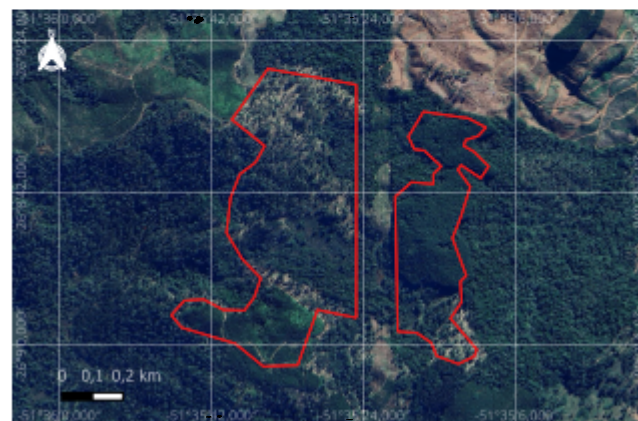
Imagem de Janeiro de 2004 (Área degradada)



Área de Preservação Permanente recuperada (Dezembro 2024)



Cadastro Ambiental Rural e Área Embarçada



Desrespeito do embargo 0368#-C (Solo exposto) e sub-basque antropizado (Dezembro 2024)

- Área de Preservação Permanente
- TE - 0368#-C
- Cadastro Ambiental Rural

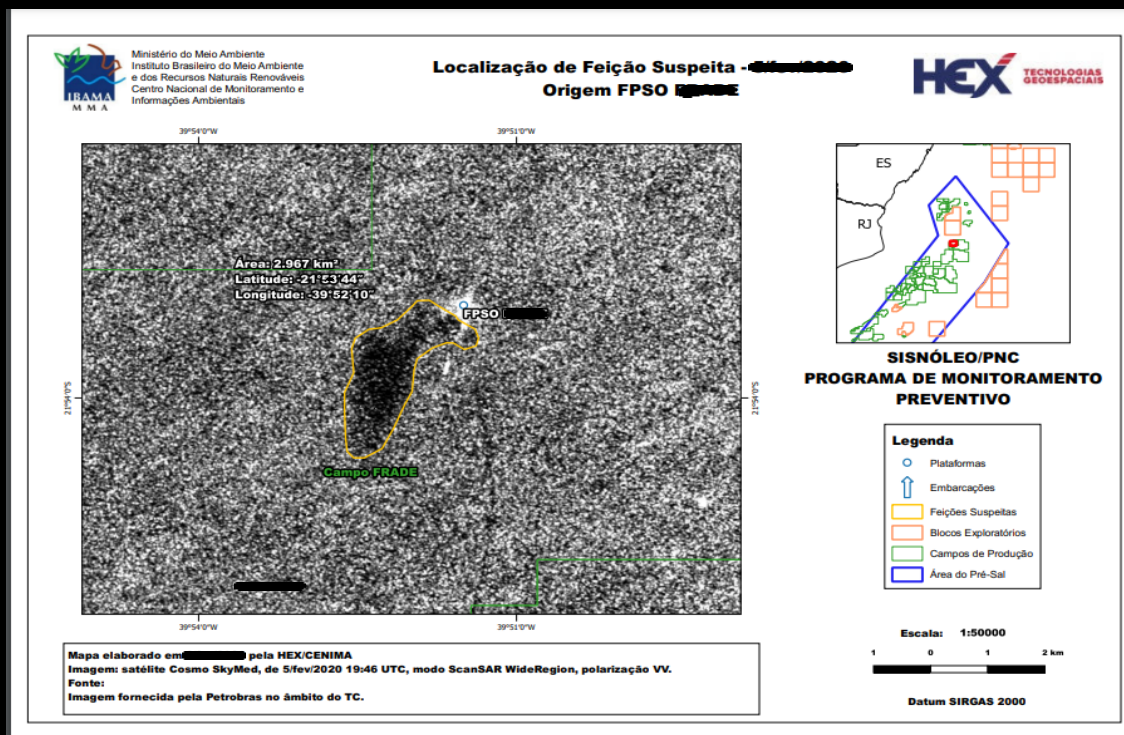
Imagem de Dezembro de 2024

Mapa: **Mapa de Saúde** - 02/20/2024
Inclui material © Planet Labs Inc. All Rights reserved - SC004 - RF
Coordenadas:
28° 05' 15" S - 51° 35' 30" W
28° 05' 15" S - 51° 35' 30" W
28° 05' 15" S - 51° 35' 30" W
28° 05' 15" S - 51° 35' 30" W
Elaborado por: **MAPA** - 02/20/2024 - 02/20/2024





O Relatório de Monitoramento Ambiental para Controle de Poluição (SEI 5.000.06) reportou a missão de monitoramento feito pela aeronave Poseidon no dia 05/02/2020, cuja rota de voo passou pela FPSO Pradão. Embasado por fotografias e imagens geradas pelos sensores embarcados na aeronave, o Relatório confirmou a observação de feição suspeita próxima da referida plataforma e calculou o volume mínimo de óleo presente fora do raio de 500m da fonte como em 18,4 litros



Descrição da Infração

Efetuar a Plataforma [REDACTED], no dia [REDACTED] de [REDACTED] 20[REDACTED], o descarte de água produzida em desacordo com a regulamentação específica. Teor de Óleos e Graxas - TOG de 95 mg/l, superior ao valor máximo de 42 mg/l estabelecido pela Resolução CONAMA 393/2007.

Após o prazo de apresentação da defesa, e antes da constituição definitiva do débito, o autuado poderá requerer, a qualquer momento, o pagamento da multa ambiental com 30% de desconto, inclusive para fins de parcelamento. O pagamento da multa ambiental só poderá ocorrer após a consolidação dessa sanção pela Equipe de Análise Preliminar que compõe o Núcleo de Conciliação. Superado o prazo de defesa, incidem acréscimos legais sobre o valor do débito, calculados na forma do art. 37-A da Lei n. 10.522, de 19 de julho de 2002 (correção monetária e juros pela variação da Selic e multa moratória de 0,33% ao dia).

Valor:

R\$ 200.000,00

Cod. Unidade

50875

Descrição da Infração

Efetuar, a balsa [REDACTED], descarga de 0,0005 m³ de óleo hidráulico (DB [REDACTED] 100) em desacordo com a legislação e com o autorizado no processo de licenciamento ambiental.

INFRAÇÃO DE ACORDO COM OS

Art	Inc/Alin/§	Com Art	Inc/Alin/§	Da/Do	Número
70	I			Lei Federal	9605/98
Art	Inc/Alin/§	Com Art	Inc/Alin/§	Da/Do	Número
27	II			Lei Federal	9966/00
Art	Inc/Alin/§	Com Art	Inc/Alin/§	Da/Do	Número
9	II	36		Decreto Federal	4136/02

Sanções indicadas:

Multa

O autuado tem o prazo de 20 dias, contados da ciência da atuação para pagar o débito ou oferecer defesa, apresentando-a em qualquer unidade do IBAMA.

Ao pagamento realizado até a data do vencimento será concedido o desconto de 30%. Após esta data, o valor devido sofrerá atualização e juros na forma do art. 37-A da Lei nº 10.522/02, calculados pela variação da taxa SELIC e 1% no mês de pagamento, além de multa moratória de 0,33% ao dia até o limite de 20% do valor atualizado do débito.

Em caso de inércia do autuado pelo não pagamento ou apresentação de defesa, o auto de infração será homologado, o débito inscrito em dívida ativa e o nome do devedor será incluído no Cadastro de Inadimplente do Governo Federal - CADIN, com posterior execução fiscal.

Data Vencimento

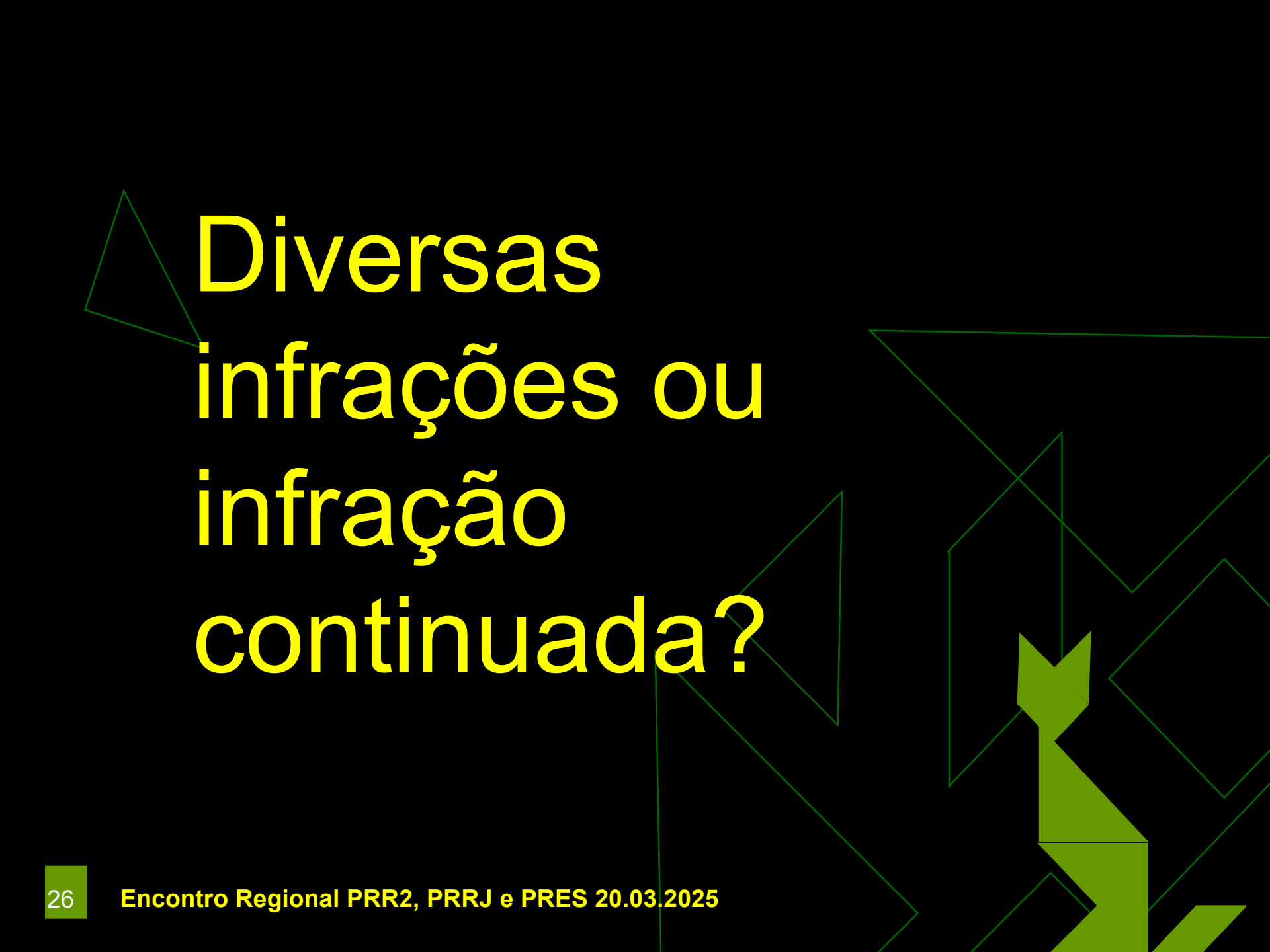
28/12/2017

Valor:

R\$5.000,00

Cod. Unidade

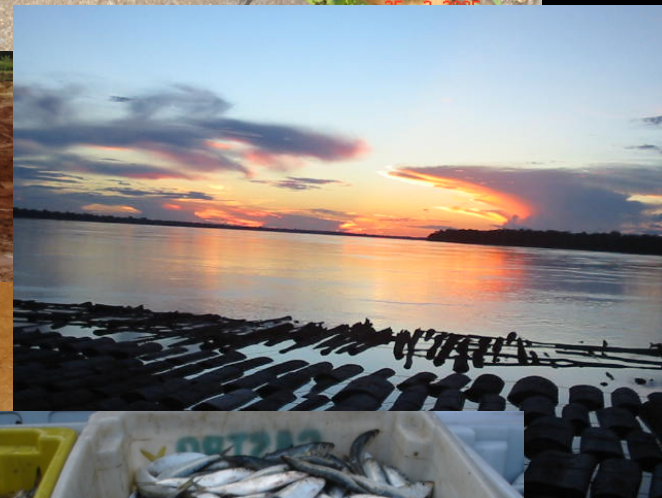
2740



Diversas infrações ou infração continuada?

Conclusão

- Priorização organizada e planejada;
- Tecnologia na aplicação;
- Responsabilidade sites;
- Monitoramento espacial;
- Adequação de entendimentos.



Encontro Regional PRR2, PRRJ e PRES 20.03.2025

Obrigado

Superintendente do Ibama no Rio de Janeiro

Rogério Geraldo Rocco

(21) 3077-4290

rogerio.rocco@ibama.gov.br

Presidente do Ibama

Rodrigo A. de Agostinho Mendonça